



PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO SOCIAL DOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - CAMPUS ALEGRE: UMA ABORDAGEM CRÍTICA

Caio dos Santos Mendonça Bastos ¹
Bruna Moraes da Silva ²
Larissa Guilhermina Campos Cardozo ³
Aline de Menezes Bregonci ⁴

RESUMO

Ao longo das últimas décadas o diálogo e as propostas de atendimento educacionais voltadas para as pessoas com deficiência têm se fortalecido e ganhado cada vez mais espaço para debate. Nessas circunstâncias, este trabalho visa realizar uma abordagem a respeito do cenário da inclusão do público alvo da Educação Especial no estado do Espírito Santo e, especialmente, na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, no Campus de Alegre. Foram utilizadas como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental a partir da análise de conteúdo. Através destes meios de pesquisa, os autores levantaram informações em arquivos, documentos e trabalhos acadêmicos disponibilizados pela UFES e pelos membros do Núcleo de Acessibilidade. Desta forma, foi apresentada as principais Políticas Inclusivas do Brasil e estado do Espírito Santo e a história da implementação do Núcleo de Acessibilidade da UFES - NAUFES, evidenciando a importância da Educação Inclusiva, não só na graduação como em todos os setores.

Palavras-chave: Assistidos, Inclusão, Monitoria, Núcleo de acessibilidade.

INTRODUÇÃO

No Brasil, historicamente, a discussão sobre pautas relacionadas ao ensino de alunos com deficiência é recente, até então essas questões eram negligenciadas e o que existia era um modelo único de escola que segregava alunos que apresentavam qualquer tipo de característica à margem da “normalidade” compreendida pela sociedade extremamente elitista.

Ambientes escolares inclusivos são fundamentados em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações entre ambas não se ordenam em torno de oposições

¹ Graduando do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, caiobastos@outlook.com.br;

² Graduanda do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, brunamoraisds@outlook.com;

³ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, larissa.cardozo.campos@outlook.com;

⁴ Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, alinebregonci@hotmail.com.



binárias (normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico). Neles não se elege uma identidade como norma privilegiada em relação às demais.

Em ambientes escolares excludentes, a identidade normal é tida sempre como natural, generalizada e positiva em relação às demais, e sua definição provém do processo pelo qual o poder se manifesta na escola, elegendo uma identidade específica através da qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas (BRASIL, 2010, p. 7).

Neste contexto, em busca de preencher lacunas existentes há anos em relação a exclusão das pessoas com deficiência nas escolas e com o intuito de tornar o acesso à educação igualitário e sem discriminação, houve a necessidade da criação e implementação de políticas públicas que viabilizassem a adoção de práticas pedagógicas inclusivas no ambiente escolar.

É notável em nossa sociedade a tentativa de homogeneizar os grupos sociais e, infelizmente, a exclusão de indivíduos minimamente diferentes sendo ainda uma realidade. Contudo, nas últimas décadas o diálogo e as propostas de atendimento educacionais voltadas para a Educação Inclusiva tem se fortalecido e ganhado cada vez mais espaço para debate.

Tendo em vista os aspectos mencionados, este trabalho visa realizar uma abordagem a respeito do cenário da Educação Inclusiva na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, no Campus de Alegre, bem como analisar as atividades que vêm sendo executadas pelo Núcleo de Acessibilidade da UFES – NAUFES; o que justifica a divulgação das atividades produzidas a fim de compartilhar esta experiência.

Primeiramente, pretende-se discorrer sobre o contexto histórico da Educação Inclusiva no Brasil e no estado do Espírito Santo, delineando as principais conquistas alcançadas neste âmbito ao longo dos anos até o presente momento. E tratar das legislações que apoiam e garantem os direitos de pessoas que necessitam de um sistema educacional inclusivo no estado. Objetiva-se também, traçar um perfil dos alunos que são atendidos pelo NAUFES, retratando como são realizados os atendimentos e as impressões e reflexões acerca da experiência vivenciada com eles durante o desenvolvimento das ações de acessibilidade.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa trata-se da pesquisa bibliográfica e documental. E os dados levantados serão discutidos por meio da análise de conteúdo. No que se refere a pesquisa bibliográfica, essa pode ser considerada um modo de se estudar e analisar documentos científicos como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos (OLIVEIRA, 2007). A autora faz argumentações as quais ela acredita que quem destina tempo em pesquisar determinada bibliografia deve-se ter a certeza de que as fontes pesquisadas são referências no mundo científico.



A mesma autora salienta que a pesquisa documental tem por base os mesmos preceitos da pesquisa bibliográfica, porém, o referido modo de pesquisa busca informações em documentos que não foram revisados e publicados no meio científico, não recebendo um tratamento analítico, sendo apresentados apenas fontes primárias não revisadas. Relatórios, reportagens, revistas, cartas, filmes e gravações são exemplos de materiais para se realizar uma pesquisa documental.

Ao se realizar uma pesquisa bibliográfica ou uma pesquisa documental faz-se uma análise de conteúdo a respeito do tema a ser abordado. Isso se deve ao fato desta metodologia pertencer a uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais (MORAES, 1999). A análise de conteúdo é uma técnica de leitura e interpretação de conteúdos em documentos variados, os quais ao serem analisados de maneira adequada podem fornecer novos conhecimentos de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis (OLABUENAGA e ISPIZÚA, 1989).

Por meio destes modos de pesquisa, os autores levantaram informações em arquivos, documentos e trabalhos acadêmicos disponibilizados pela Universidade Federal do Espírito Santo e pelos membros do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Espírito Santo - NAUFES, como também buscou literatura externa para auxiliar no embasamento das informações redigidas neste artigo. Sítios eletrônicos da Universidade, livros publicados por membros do NAUFES, arquivos em forma de planilhas, imagens, artigos científicos, cartilhas do Governo Federal brasileiro entre outros meios foram utilizados como base para o levantamento dos dados apresentados e dar apoio aos autores na reflexão sobre o andamento da acessibilidade na UFES em específico no campus de Alegre.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA E DOCUMENTAL

No que se refere a história e principais acontecimentos no processo legislativo da Educação Inclusiva brasileira deve-se ter em mente que a sua gestão assim como as demais discussões relacionadas à temática é algo igualmente recente.

Como ponto de referência para o impulso da síntese de diversos documentos e leis que amparam a causa, a década de 1990 foi marcada pela realização de dois eventos de suma importância no movimento inclusivista, a Conferência Mundial de Educação para Todos, organizada em 1990, na Tailândia, dando origem a Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem e, em especial, a Conferência



Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em 1994, realizada na Espanha, na cidade de Salamanca, resultando na Declaração de Salamanca: Princípios, Política e Práticas (BREGONCI e VIEIRA-MACHADO, 2018).

Tais reuniões culminaram em uma maior preocupação por parte dos líderes mundiais para a garantia dos direitos de pessoas com deficiência no ambiente escolar. No Brasil, pode ser observado sua influência posteriormente na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996). Na referida lei, há a definição da responsabilidade das escolas perante alunos com deficiências. Anos mais tarde, em 2002, a Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002) assinava o reconhecimento da Língua de Sinais – LIBRAS, garantindo também, por parte do poder público, o ensino de LIBRAS nos cursos de formação como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais sendo uma grande conquista para a comunidade surda do Brasil (BREGONCI e VIEIRA-MACHADO, 2018).

E finalmente, de acordo com as referidas autoras, em meados do ano de 2007, obteve-se a elaboração de um documento peça chave na construção de um sistema educacional mais inclusivo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Tendo como objetivo

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Traçando um panorama do estado do Espírito Santo a respeito do movimento inclusivista na educação, desde a década de 1980 pode-se observar uma constante evolução, tendo como principais acontecimentos a implantação do Serviço de Avaliação e Triagem de alunos para classes especiais na Secretaria de Educação – SEDU. E a execução do 1º Curso de Especialização da Educação Especial realizado em convênio com a UFES (ESPÍRITO SANTO, 2011).

A década de 1990 marcou a estruturação do Fórum Permanente de Educação Inclusiva e posteriormente no início dos anos 2000 a elaboração do documento “Política Educacional do Estado do Espírito Santo”, com um capítulo exclusivamente destinado a Educação Especial (ESPÍRITO SANTO, 2011).

Durante essa trajetória, a UFES esteve atuando em conjunto da SEDU em momentos cruciais no processo para a consolidação da Educação Inclusiva, abrangendo a realização de



pesquisas na área, com enfoque em mapear a situação dos alunos e ações de formação continuada de professores. (ESPÍRITO SANTO, 2011)

Destacamos também o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, Decreto 7.612 de 17 de novembro de 2011 que ressalta o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência amparando a Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES (BRASIL, 2013)

Com destaque para o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), uma extensão do Plano Viver sem Limite. O programa Incluir instaurou nas universidades os Núcleos de Acessibilidade. Na UFES o Núcleo de Acessibilidade que foi criado pela Resolução nº 31 de 22 de dezembro de 2011 após a criação do Programa Incluir. Desde 2014, o NAUFES está executando suas ações como parte da estrutura da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania. O programa possibilita a permanência de alunos com deficiência no Ensino Superior por meio da execução de projetos como: obras de acessibilidade para adequação física; serviço de apoio acadêmico a deficientes surdocegos (contratação de guias-intérpretes); aquisição de recursos de tecnologia assistiva; monitoramento acadêmico dos alunos de graduação com deficiência entre outros projetos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2015).

No Campus da UFES de Alegre, região do Caparaó, onde ocorreu a realização da presente pesquisa, a implantação do NAUFES teve início no ano de 2013, atendendo a princípio a um aluno com baixa visão matriculado no curso de Agronomia. Na época, foi feito um processo seletivo para a escolha de um monitor que posteriormente passou a acompanhar o aluno em suas aulas e na execução de estudos dirigidos individuais. A partir do ano de 2014, o núcleo passou a atender mais alunos conforme a demanda de matrículas, ocasionando um desdobramento no trabalho desempenhado. Consequentemente fazendo com que a equipe, as atividades, os materiais de apoio para o trabalho aumentassem e os setores envolvidos no atendimento também.⁵

Durantes todos esses anos, o Núcleo de Acessibilidade na UFES em Alegre vem tentando instrumentalizar os monitores e docentes com palestras que abordam a temática de inclusão social na educação, com o objetivo de melhorar o atendimento aos alunos e proporcionar um ambiente cada vez mais propício para o processo de ensino-aprendizagem. Em outubro de 2019, por exemplo, no decorrer do evento “Dia Nacional do Livro e da

⁵ Informação disponível em: <https://acessibilidade.ufes.br/naufes-alegre>



Biblioteca” ocorreu a ministração da oficina intitulada “Uso de equipamentos de acessibilidade (impressora Braille)” organizada por monitores e coordenadores do próprio NAUFES, servidores da Biblioteca e integrantes do Museu de História Natural do Sul do Estado do Espírito Santo – MUSES. A oficina teve como público alvo os monitores do projeto, alunos interessados na área, servidores da biblioteca e os professores da instituição, que puderam ter acesso e manipular os recursos didáticos utilizados no Programa de Acessibilidade.

NAUFES: PRINCIPAIS QUESTÕES E APONTAMENTOS NECESSÁRIOS

O Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Espírito Santo – NAUFES possui uma equipe multidisciplinar que se dedica ao atendimento de alunos com diferentes condições, como também desenvolve pesquisas no que diz respeito às metodologias de ensino especializado. Os integrantes do NAUFES são professores, servidores e alunos da Universidade, os quais estão distribuídos nos setores de Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social, Secretaria Única de Graduação, Biblioteca Setorial Sul, Subprefeitura universitária e o Museu de História Natural do Sul do Estado do Espírito Santo.⁶

A Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social, compreende uma profissional de psicologia e duas assistentes sociais que fazem o trabalho de entendimento das necessidades dos alunos, os orientando de acordo com a demanda deles. Há também, a identificação dos alunos que precisam dos trabalhos de acessibilidade, os quais são encaminhados para o NAUFES ou para os serviços municipais de amparo as pessoas com deficiência. Além disso, quando identificada a necessidade, a equipe mantém o estudante em acompanhamento psicossocial.⁷

A Biblioteca Setorial Sul consta com estruturas e materiais físicos e digitais que auxiliam no aprendizado dos assistidos pelo Núcleo. No térreo da Biblioteca há a sala de Periódicos onde as Monitorias de Estudos Individuais acontecem, por se tratar de um local de fácil acesso, sem trânsito de pessoas e barulhos excessivos. O referido ambiente dispõe de 02 mesas, 08 cadeiras, 02 computadores e os equipamentos para acessibilidade, como 01 *scanner* de voz, 01 *scanner* Sara PC, 01 *scanner* de voz portátil *ommy reader*, 01 acionador, 01 *mouse* estacionário, 01 lupa digital 7”, 02 teclados ampliados, 01 impressora em Braille e 01 *Vpad* (videofone). As monitorias ocorrem com horários estabelecidos entre a equipe da Biblioteca, a

⁶ Informação disponível em: <https://acessibilidade.ufes.br/naufes-alegre>

⁷ Informação disponível em: <https://acessibilidade.ufes.br/naufes-alegre>



disponibilidade do aluno monitor leitor/transcritor e os horários vagos dos assistidos (BREGONCI e VIEIRA-MACHADO, 2018).

A Biblioteca do Campus de Alegre tem um convênio com a fundação *Dorina Nowill* que promove a leitura inclusiva oferecendo, entre outras coisas, livros em Braille e acesso à *Dorinateca*, um acervo de livros e revistas digitais no formato de áudio, cujo público-alvo são as pessoas que possuem deficiência visual. Já no que diz respeito ao prédio da Biblioteca, este se encontra totalmente adaptado, com rampas para o segundo piso e sem degraus que possam dificultar cadeirantes e também possui banheiros que são acessíveis a todos.⁸

Por mais que a Biblioteca Setorial Sul conte com essas estruturas, materiais físicos e digitais que auxiliam no aprendizado dos alunos assistidos pelo Núcleo, há uma defasagem por falta de recursos financeiros e uma sala exclusiva para o uso do NAUFES, o que afeta no rendimento estudantil do assistido. O projeto necessita de um espaço acolhedor e individual para a realização de reuniões periódicas entre os membros, guardar todo o material adquirido e produzido, um local onde o assistido possa se sentir à vontade para conversar, estudar e expor seus medos e dúvidas, reafirmando o vínculo de amizade e auxílio com os envolvidos no projeto.

A Secretaria Única de Graduação recebe pedidos de amparo legal, auxiliando o NAUFES a identificar alunos com deficiência para atendimento. Os servidores desenvolveram um formulário para que os alunos possam preencher e, caso seja necessário, sejam encaminhados para que o Núcleo os ampare de acordo com seus direitos. E no que tange a Subprefeitura universitária, esta fica responsável pela acessibilidade nas edificações e mantimento do acesso a todos no espaço da UFES em Alegre.⁹

No que se refere ao Museu de História Natural do Sul do Estado do Espírito Santo, pode-se evidenciar que este desenvolve atividades de inclusão de alunos e demais membros da sociedade que possuem alguma limitação em seu acervo histórico-científico. As atuações de acessibilidade encontradas são a tradução das coleções de animais vertebrados e invertebrados em Libras e disponibilizado em audiodescrição, por meio do uso de *QR Code* através da leitura pelo telefone celular. Materiais físicos como maquetes e coleções táteis, além da escrita em Braille são meios disponibilizados para a interação do visitante com as coleções (BREGONCI e VIEIRA-MACHADO, 2018).

⁸ Informação disponível em: <https://acessibilidade.ufes.br/naufes-alegre>

⁹ Informação disponível em: <https://acessibilidade.ufes.br/naufes-alegre>



As Monitorias de Acessibilidade são divididas em duas modalidades: Acompanhamento em Sala de Aula e a que colabora com Estudos Individuais. A Monitoria de Acompanhamento em Sala de Aula busca acompanhar os assistidos nos horários de aula, auxiliando os mesmos em avaliações, trabalhos e aulas práticas laboratoriais e de visita de campo. Já a Monitoria de Estudos Individuais visa adaptar materiais utilizados pelos professores, como também auxiliar em leituras de materiais e na escrita de conteúdos caso o aluno tenha alguma limitação. Todas as duas Monitorias possuem horários e monitores estabelecidos no começo de cada período acadêmico, facilitando o entrosamento entre monitor e assistido, o que evita desencontros por ambos saberem seus horários e atividades.

Atualmente, o NAUFES conta com a atuação de 09 alunos monitores leitores/transcritores de acessibilidade. Os alunos são selecionados por meio de processo seletivo periódico para concorrerem às bolsas ofertadas, sem limite de participação, podendo concorrer sempre que julgar pertinente; há também a possibilidade de voluntariado. Cada bolsista cumpre 20 horas semanais de atividades entre monitorias, pesquisas e adequações de materiais. Não há restrição de cursos, ou seja, qualquer aluno da Universidade pode ser um monitor leitor/transcritor de acessibilidade. Os monitores registram as práticas desenvolvidas com os assistidos e realizam pesquisas com a finalidade de desenvolver melhor o trabalho de inclusão na Universidade.

O NAUFES trabalha hoje com 14 alunos assistidos, com as seguintes condições: Deficiência Visual, Deficiência Intelectual, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Dislexia, Autismo, Transtorno Global do Desenvolvimento e Deficiência Múltipla. Os cursos aos quais esses alunos pertencem são de áreas variadas, como Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Florestal, Licenciatura em Química, Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Agronomia e Sistemas de Informação. Tais assistidos fazem parte de grupos socioeconômicos diferentes, apresentando não cotistas; cotistas de escola pública; baixa renda e não preto, pardo e índio; baixa renda e preto, pardo e índio; baixa renda e não preto, pardo e índio, até 1,5 salário-mínimo por pessoa. Os trabalhos que o NAUFES e a Universidade fazem com esses alunos consiste em fornecer Monitorias de Acompanhamento em Sala de Aula e em Estudos Individuais, transcrição de material em áudio, *notebook/tablet*, pacote de *Internet* e teclado tipo colmeia.

Além do desempenho das atividades supracitadas, os monitores de áreas afins da Informática promovem a instalação de *softwares* adequados às necessidades do estudante e auxiliam no manuseio e manutenção dos mesmos. A edição de textos também é um trabalho



realizado, principalmente a ampliação das fontes ou a mudança da cor de fundo do material, além de outras solicitações. Todo esse trabalho tem por objetivo garantir o mantimento do aluno na Universidade e promover o acesso à literatura científica pertinente aos estudos dos assistidos.¹⁰

Como apresentado, a importância de núcleos como o NAUFES é indispensável para realização da inclusão do aluno com deficiência no meio universitário. Percebemos como é fundamental o assistido ter uma relação cordial com o seu monitor, uma vez que o trabalho conjunto ajuda no processo de aprendizagem e sociabilidade. É notável que as dificuldades causadas pelo preconceito, incentivadas por falta de conhecimento da população, afeta diretamente a vida estudantil com os demais alunos e professores, sendo a interação necessária para queda de conceitos pré-estabelecidos mediada pelo monitor que vai auxiliar no processo de integração universitária.

Entretanto, as dificuldades ainda são muitas por se tratar de um programa ainda considerado novo, pois a falta de investimentos dificulta todo o processo. É necessário, por exemplo, a contratação de um profissional de pedagogia ou outro competente para auxiliar os monitores no trabalho com os assistidos, suprimindo a complexibilidade em estabelecer uma relação benéfica tanto ao assistido quanto ao monitor, uma vez que é uma relação construída com tempo e confiança, apresentando a importância dos projetos que acompanham toda a vida acadêmica do assistido, levando em consideração experiências anteriores.

O despreparo dos professores também é um aspecto que fomenta a exclusão da vivência em sala de aula, já que a maioria não possui formação, causando impacto direto no modo de ensino dos assistidos. A Secretaria Única de Graduação criou o projeto denominado Grupo de Estudos de Docência no Ensino Superior (GEDES) com o objetivo de oferecer formação complementar aos docentes, com enfoque na acessibilidade. Todavia, o programa não alcançou todos os docentes.

Outro ponto a ser destacado é que o campus não é preparado estruturalmente para comportar alunos com deficiência física, mesmo com a construção de rampas de acesso e pavimento tátil, sua localização geográfica dificulta o acesso aos prédios administrativos como também as salas de aula e, como exemplo, tem-se as ruas que compõem o alto universitário, as quais são pavimentadas com paralelepípedos, o que dificulta a movimentação com cadeiras de rodas, muletas e bengalas.

¹⁰ Informação disponível em: <https://acessibilidade.ufes.br/naufes-alegre>



A evolução do acesso de alunos com deficiência a universidade é notoriamente visível, pois o NAUFES passou de apenas 1 assistido em 2013 para atualmente 14 alunos beneficiados. Isso se deve, no âmbito do acesso as políticas de cotas para as pessoas com deficiência e em relação a permanência, podemos destacar os auxílios de materiais adaptados e ao trabalho dos monitores. Esses são fatores que contribuem para que os assistidos consigam alcançar um maior desempenho acadêmico, o qual é medido de forma quantitativa por notas e coeficiente de rendimento.

O desempenho social é expandido com maior integração nas turmas, proporcionado por uma união de esforços e trabalhos oferecidos pelo Núcleo de Acessibilidade da UFES. Fundamenta, assim, a importância da Educação Inclusiva não só na graduação como em todos os setores, por meio de investimentos financeiros e a elaboração de políticas públicas, a fim de garantir a socialização dos indivíduos de forma igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da pessoa com deficiência é algo que tem sido alvo de grande discussão na sociedade contemporânea. No que tange as questões da educação, no Brasil temos um cenário favorável para a inclusão do público alvo da educação especial, a partir do reconhecimento da educação especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e também a materialização de diferentes políticas ao longo dos anos 2000, principalmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

No que se refere a inclusão deste público no Ensino Superior, o Programa Incluir, instituiu os Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais, além disso houve a implantação da política de cotas para pessoas com deficiência nas universidades o que propiciou condições de entrada e permanência aos estudantes com deficiências e transtornos.

O trabalho com o estudante com deficiência promovido pelas ações inclusivas e de acessibilidade promovidas pelos núcleos de acessibilidade são de fundamental importância, pois sem elas o percurso do estudante torna-se quase impossível.

Realizar provas, trabalhos e demais atividades com o pleno acesso aos conteúdos do currículo é um direito que só se materializa por meio dessas ações, uma vez que estes estudantes demandam diferentes olhares a partir de suas condições.



No contexto da UFES percebemos que o trabalho realizado pelo NAUFES tem garantido diferentes atividades que tem propiciado a inclusão dos alunos com deficiência e transtornos, bem como as ações necessárias de acessibilidade.

Apesar de ainda existirem lacunas que precisam ser preenchidas, hoje podemos considerar que a presença desses alunos na universidade não é apenas numérica, mas que eles têm promovido diversos movimentos que enriquecem o cotidiano da universidade, por meio do ensinar e aprender de outros modos possíveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva. 2010.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008.

BRASIL. Viver sem limite – plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência. 2013.

BREGONCI, Aline de Menezes; VIEIRA-MACHADO, Lucienne Mattos da Costa. Acessibilidade no Ensino Superior: relatos de experiência sobre a gestão da inclusão na Universidade Federal do Espírito Santo. **Práticas Inclusivas: Saberes, estratégias e recursos didáticos**, p. 158-168.

OLABUÉNAGA, José Ignacio Ruiz; ISPIZUA, María Antonia. **La descodificación de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao: Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. In: **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2013.

SANTO, ESPÍRITO. Diretrizes da educação especial na educação básica e profissional para a rede estadual de ensino do Espírito Santo. **Educação Especial: Inclusão e Respeito a Diferença, 2ª Edição, Vitória/ES**, 2011.

SANTO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO. **Acessibilidade na Educação Superior**, 2015. Disponível em:

<https://proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/naufes.plano_anual_de_atividades_2015.pdf>. Acesso em: 10 nov. de 2020.

SANTO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO. **NAUFES Alegre**. Disponível em: <<https://acessibilidade.ufes.br/naufes-alegre>>. Acesso em: 10 nov. de 2020.